

ACRE - FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

DOCUMENTO PREPARATÓRIO AO X ENEJA

I – O SENTIDO DOS FÓRUNS

1.1 – Histórico do Fórum Estadual:

O Fórum EJA Acre, criado em 14/12/2004 durante a realização do 1º Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos, é um movimento social constituído por entidades que trabalham ou que têm interesse nas questões de EJA, com abrangência em todo o Estado do Acre e sede no município de Rio Branco.

A iniciativa de sua criação partiu de representantes da Secretaria de Estado de Educação e do Serviço Social da Indústria – Sesi que, após participarem do VI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, no Rio Grande do Sul, sentiram a necessidade de articular os segmentos que atuam na EJA e de chamar a atenção das autoridades estaduais, municipais e sociedade civil para a necessidade de implantação de políticas públicas para EJA, de modo a garantir o direito à educação para todos.

O evento que marcou o início de uma nova fase na história da EJA no Acre contou com a participação de Timothy Ireland, Diretor do Departamento de Educação de Jovens e Adultos da SECAD – MEC, de gestores estaduais e municipais de educação, representantes de instituições governamentais e não-governamentais, sindicatos, Universidade Federal do Acre, além de outros segmentos da sociedade civil.

Após sua criação, representantes dos dez segmentos fundadores (Secretaria de Estado de Educação; Conselho Estadual de Educação; Universidade Federal do Acre; Serviço Social da Indústria; Serviço Social do Comércio; União dos Dirigentes Municipais de Educação; Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Acre;

Secretaria de Cidadania e Assistência Social; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Secretaria Municipal de Educação) elegeram uma Coordenação Estadual e organizaram o regimento que regulamentou as ações do Fórum no Estado.

A partir de então, um grupo de gestores e educadores começou a se reunir e debater questões ligadas à EJA.

A responsabilidade assumida e o compromisso em promover o diálogo junto à sociedade civil e instituições governamentais e não-governamentais, incentivou a Comissão Estadual a promover em julho de 2005 a realização do “1º Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos - *Reescrevendo uma história com diálogo e participação*”, com o objetivo de diagnosticar a realidade da EJA no Acre, bem como apontar para novas proposições que se faziam necessárias para ampliar a oferta entre os diferentes segmentos sociais que trabalhavam direta ou indiretamente com a Educação de Jovens e Adultos.

Dentre as temáticas discutidas nos Grupos de Trabalho destacaram-se: A Configuração do Campo da EJA; O Papel do Estado, Movimentos Sociais e Entidades da Sociedade Civil Organizada na Construção de Políticas Públicas; Novas Tecnologias e Educação à Distância; Educação no Campo: Enfrentando as Questões no Meio Rural; Educação e Trabalho; Educação Indígena e Formação de Professores.

O resultado desse trabalho foi apresentado no VII ENEJA, tendo contribuído decisivamente para o fortalecimento da EJA no Acre, enquanto modalidade de ensino da educação básica, redimensionando seu papel e importância no processo de inclusão social e educacional.

No entanto, embora o primeiro ano de existência do Fórum tenha sido marcado por grandes discussões e mudanças, o movimento atravessou, no ano seguinte, momento de desarticulação e incertezas, o que provocou certa ausência no campo das discussões e de proposições para a política de EJA no Estado. Com isso, somente a partir do segundo semestre de 2007, em meio a reuniões

esporádicas e diante do crescimento do movimento dos Fóruns em todo o Brasil, a Coordenação Estadual reafirmou compromisso no sentido de fortalecer o Fórum enquanto espaço de produção, de proposição, de troca de experiências e de reflexão, dando continuidade ao trabalho proposto no ano de sua criação.

Essa rearticulação foi decisiva para a elaboração do Diagnóstico da EJA no Estado, em março de 2008, e para a realização do Encontro Estadual Preparatório à VI CONFINTEA, o qual contou com a presença de educandos, educadores, gestores, autoridades estaduais, municipais e de entidades não-governamentais. Além disso, consolidou a participação de uma delegação composta por 10 representantes do Acre no Encontro Regional Preparatório de Manaus e Encontro Nacional Preparatório, que ocorreu em Brasília no mês de maio/08.

1.2. O Fórum e seu funcionamento:

O Regimento Interno do Fórum EJA Acre estabelece que as reuniões ordinárias sejam realizadas na última quarta-feira de cada mês. No entanto, essa agenda não tem sido cumprida e os encontros acabam sendo realizados de forma extraordinária, de acordo com a necessidade surgida, o que demonstra a necessidade de maior compromisso de todos os integrantes frente ao movimento, principalmente dos segmentos representativos dos sindicatos e associações.

A Coordenação Estadual é composta de um Coordenador Geral, um Vice-Coordenador e um Secretário, eleitos em assembléia geral, a cada dois anos, os quais trabalham no sentido de desenvolver ações que viabilizem o cumprimento de suas finalidades, conforme estão definidas em seu regimento:

- ✓ Contribuir para a solução de problemas inerentes a EJA, a partir da promoção da cooperação entre os diversos segmentos sociais que oferecem ou são seus beneficiários;
- ✓ Promover o diálogo e o debate entre as instituições formadoras, visando uma permanente reflexão e reestruturação acerca das propostas

curriculares dos cursos de ensino superior e das demais iniciativas de formação de educadores da EJA;

- ✓ Realizar reuniões e seminários de estudos acerca de temas de interesse da Educação de Jovens e Adultos;

- ✓ Criar estratégias de participação e acompanhamento dos processos de elaboração e execução dos Planos Estaduais e Municipais da Educação de Jovens e Adultos;

- ✓ Incentivar e estabelecer relações com instituições governamentais e não governamentais de âmbito Federal, Estadual e Municipal que desenvolvam experiências em Educação de Jovens e Adultos, respeitando as especificidades de cada entidade;

- ✓ Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino da EJA, propondo inclusive, encaminhamentos relativos à formação e atualização de professores;

- ✓ Proceder à avaliação dos dados estatísticos escolares a fim de propor ações que contribuam para a qualidade do ensino na EJA.

- ✓ Incentivar a criação de Fóruns de Debates da EJA no âmbito dos municípios;

- ✓ Divulgar os atos normativos e a legislação pertinentes a EJA;

- ✓ Acompanhar o plano de aplicação dos programas de financiamento destinados a EJA;

- ✓ Apoiar políticas de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais na EJA.

É importante destacar que todo o trabalho do Fórum EJA Acre é pautado no conceito de igualdade e universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social e atendimento adequado aos jovens e adultos no que se refere ao processo de escolarização, visto que há um grande contingente de pessoas que ainda encontra-se excluída do direito à educação básica.

O Fórum hoje é considerado um espaço de discussão, de apresentação de demandas, de conciliação de reivindicações, tendo o papel de analisar o contexto da EJA no Estado, sua demanda potencial, seus aspectos históricos e filosóficos,

produzindo conhecimentos e subsidiando as instituições que trabalham no sentido de implementar ações coerentes com o que estabelecem as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.

Portanto, o movimento está continuamente aberto a todos os organismos da sociedade civil que desejem ingressar no debate pela institucionalização de uma política pública para a Educação de Jovens e Adultos e pelo seu fortalecimento enquanto modalidade de ensino integrante da educação básica.

Para ingressar no Fórum o gestor da instituição ou dirigente de associação e/ou sindicato encaminha uma solicitação à Coordenação Geral indicando o nome de dois representantes. Após avaliação do documento por parte do colegiado, é emitido um parecer deferindo o ingresso da instituição no Fórum, a qual passa a ter direito a voz e voto nas discussões. Atualmente, participam regularmente das reuniões do Fórum os segmentos: SEE, SESI, SESC, CEE, MOVA/ALFA 100, SEME e UNDIME.

A participação de delegados do Fórum no encontro nacional é democrática e cada segmento tem direito a indicar um representante. Porém, ocorre que os custos com passagens ficam sob a responsabilidade de cada instituição e nem todas dispõem de recursos no orçamento para o custeio dessas despesas, o que impede maior representatividade, abrindo espaço para os demais segmentos enviarem mais de um representante.

1.3. A atuação do fórum na construção de políticas públicas:

No Acre, as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos estão em processo de construção e de consolidação, mas muitos avanços já podem ser percebidos nos últimos anos, após a criação do Fórum EJA Acre, o qual teve papel fundamental nesse processo de discussão. Dentre os avanços destacam-se: a ampliação da oferta de vagas na EJA; o atendimento às comunidades rurais em todo o Estado; o desenvolvimento de projetos como o SESC LER, que oferece escolarização para jovens e adultos na área de alfabetização e 1º segmento; a

lotação de professores licenciados como um dos pré-requisitos básicos para ingresso na EJA; a qualificação de professores através do Curso de Especialização PROEJA; a formação continuada dos professores que atuam desde a Alfabetização até o Ensino Médio; o envolvimento de gestores e coordenadores no processo de inserção da EJA enquanto modalidade de ensino na escola; o acompanhamento pedagógico às escolas; a elaboração de uma proposta curricular para os cursos da EJA pela SEE, inserindo a Formação para o Mundo do Trabalho, a qual tem sido compartilhada com os Municípios; o financiamento de ações da EJA com Recursos Próprios do Governo do Estado, além dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal; as parcerias firmadas com instituições ligadas à educação profissional com o objetivo de articular no Currículo da EJA o eixo educação profissional e trabalho.

Mesmo diante dessas conquistas, fruto do trabalho de todas as instituições que fazem EJA no Estado, ainda se torna necessário maior articulação entre os diferentes segmentos, uma vez, que embora estejam convergindo para o mesmo fim, as ações acabam sendo desenvolvidas de forma isolada, recaindo sob o Estado a maior parcela de atendimento como demonstra o Censo Escolar 2007.

Rede	Localização	1ªa4ªsérie	5ªa8ªsérie	1ªa8ªsérie	Médio	Total	%
Estadual	Rural	1.265	2.257	54	1.329	4.905	75,9
	Urbana	2.765	7.744	31	9.892	20.432	
Total:		4.030	10.001	85	11.221	25.337	
Municipal	Rural	2.560	1.561	-	-	4.121	22,8
	Urbana	2.037	1.450	-	-	3.487	
Total:		4.597	3.011	-	-	7.608	
Particular	Urbana	142	73	-	241	456	1,4
Total:		8.769	13.085	85	11.462	33.401	100,0

Fonte: Censo Escolar 2007 – MEC/INEP

Portanto, para que a EJA seja considerada direito inalienável do cidadão e venha atender toda a demanda potencial existente, cabe ao Fórum EJA Acre um desafio maior: o de sensibilizar e articular instituições públicas e privadas, universidades, empresários, igrejas, sindicatos, no sentido de se comprometerem com a discussão, fortalecimento e proposição de caminhos para financiamento de ações que garantam aos jovens e adultos o direito à educação de qualidade com formação para uma vida mais cidadã.

II – Problemática sobre a demanda de EJA no estado e seu atendimento

A Elaboração do Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos no Acre permitiu a análise e conhecimento da realidade local, da demanda potencial, dos avanços e conquistas, da problemática em que a EJA está inserida, bem como a efetivação de um trabalho coletivo entre os membros integrantes do Fórum.

No Diagnóstico, o item “Recomendações/Compromissos necessários para a Consolidação da EJA como Política Pública” indica que “o Plano Estratégico de Desenvolvimento do atual governo do Estado do Acre através do zoneamento geoeconômico identifica cada comunidade, sua diversidade, problemas e possibilidades e propõe ações nucleares com políticas públicas impactadas por desafios como: o desenvolvimento sustentável, a valorização da diversidade e vivência da democracia”.

Nesse contexto, o Fórum EJA Acre conclui que a Educação de Jovens e Adultos – EJA - assume um papel estratégico na tentativa de garantir educação para todos, uma vez que cerca de 60% da população com 25 anos ou mais de idade não concluiu o ensino fundamental e 14% da população com 15 anos ou mais de idade ainda é analfabeta.

Portanto, reafirmamos os compromissos expressos no referido documento, os quais se tornam indispensáveis para nortear as políticas públicas de EJA no Estado:

- ✓ Realizar estudos sócio-econômicos da clientela EJA para efetivos programas que incluam novas metodologias adequadas com tempos mais flexíveis e qualidade de ensino capaz de promover melhorias na vida dos cidadãos da EJA.
- ✓ Criação de Centros com cursos no formato semipresenciais e a distância para se constituir em apoio à oferta de cursos presenciais e exames;
- ✓ Definição de critérios de alocação de recursos para programas de financiamento de transporte, alimentação e produção de material didático, com maior participação do Governo Federal;
- ✓ Implantação de critérios de qualificação profissional e avaliação dos docentes de EJA;
- ✓ Implantação de um sistema de documentação escolar que visualize as situações de aprendizagem dos alunos com fins de inserção na escola e programas que associem a modalidade de EJA às formas de atendimento na Educação Profissional inclusiva, reconhecendo competências profissionais como conteúdos e saberes já postados por jovens e adultos, alterando a forma de produzir currículo na escola;
- ✓ Implantação de cursos da EJA que garantam aos estudantes alfabetizados a continuidade para prosseguimento de estudos;
- ✓ Reorganização dos currículos com ações que objetivem promover a educação que:
 - a)** Inclua a todos com suas especificidades, na perspectiva de igualdade na diversidade, respeitando as identidades sociais, étnico-raciais e de cidadania;
 - b)** Construa níveis de consciência para um projeto sustentável de preservação do meio ambiente, economia solidária, competência para

descoberta de campos produtivos que respeitam a vocação local e condições ambientais.

- ✓ Implementação de políticas públicas que promovem a integração de EJA com os setores da saúde, trabalho, meio ambiente, cultura e lazer na perspectiva da formação integral dos cidadãos.
- ✓ Implementação de currículos de formação continuada para professores qualificando-os para a especificidade dos alunos de EJA, para pesquisa e para o uso inteligente das tecnologias em função da inclusão digital e da qualidade de ensino.
- ✓ Implantação de programas que favoreçam a inclusão digital em cursos de EJA.
- ✓ Redefinição do sistema de avaliação para que, dentro de uma proposta de avaliação formativa, possa pensar como cada sujeito se apropria dos conhecimentos e os incorpora para si, para sua comunidade e para sociedade, dando relevância ao valor do conhecer e da competência de jovens e adultos para a reelaboração de novos conhecimentos.
- ✓ Redefinição da forma de aplicação dos recursos do FUNDEB no sentido de uma melhor equalização do sistema distributivo de modo a permitir que o financiamento da educação garanta a melhoria qualitativa e quantitativa da EJA.
- ✓ Redefinição do regime de colaboração e dos papéis dos entes federativos, cabendo à União a condução da Política Nacional de Educação.
- ✓ Redefinição dos currículos das licenciaturas, com o envolvimento efetivo das universidades, face à análise contextual das políticas públicas de EJA para a formação de quadro de professores e gestores.

Tais compromissos, assinalam ainda para o Fórum Acre o desafio de gerenciar esse processo de construção de uma agenda pela EJA, sustentada pela mobilização de todos os setores da sociedade organizada, estabelecendo uma rede de articulação para lutar, discutir, propor ações e parcerias, produzir

conhecimentos que fomentem o desenvolvimento de práticas significativas, dando maior visibilidade a EJA e de modo a garantir que as ações desenvolvidas viabilizem a efetivação dos compromissos firmados quando da elaboração do Diagnóstico da EJA no Estado.

Tudo isso no sentido de ampliar o compromisso de todos pela educação, a qual não se restringe a uma tarefa apenas dos sistemas escolares ou do Estado, mas também que acontece em diferentes campos da ação humana e da sociedade civil. É preciso garantir que a EJA seja inserida efetivamente no campo das políticas de direito e cabe àqueles que acreditam numa gestão compartilhada e cooperativa tomar decisões e propor alternativas em defesa de uma política consolidada para EJA no Acre.

III - O significado dos segmentos na composição dos fóruns e contribuições às políticas públicas de EJA

Diante da necessidade de otimizar ações educacionais e de sustentabilidade que viabilizem o acesso ao letramento, às novas tecnologias e ao processo produtivo, disponibilizando atendimento nos âmbitos científicos, tecnológicos e ambientais a fim de alcançar as exigências crescentes dessas aprendizagens, a contribuição do fórum de EJA perpassa pela promoção de discussões para identificar caminhos e proposições, com vistas a empreender entre os diferentes segmentos da sociedade civil organizada e instituições que lidam com o público jovem e adulto, construções, diálogos, espaços democráticos de ações e representações concretas para inserção e oportunidades de desenvolvimento a todos que desejam mudanças em sua realidade.

Tal cooperação pode se viabilizar através de articulações entre diferentes setores, desencadeando intervenções que dilatam atitudes de inclusão social, mobilizando variados agentes que possibilitem mudanças no cotidiano do cidadão, de maneira a suprir suas carências relacionadas a ordenações jurídicas, educativas,

profissionais, econômicas e sociais, levando à incorporação de seus direitos em todas as categorias de sua vida.

Por se constituir um instrumento legítimo onde acontecem as discussões sobre EJA, garantindo espaço com voz e voto para todos os segmentos envolvidos nesta modalidade, o fórum é também um ambiente onde se elabora e discute propostas de conhecimento, considerando o contexto histórico de cada localidade, tornando possível a descentralização das decisões ligadas ao ensino. Educação como direito humano fundamental tem sido a premissa básica dos que defendem a educação para todos e alargam os sentidos da inclusão. Em se tratando de educação de jovens e adultos, no entanto, o caminho tem mostrado significativas conquistas legais, mas poucas práticas expressivas.

Dessa forma, por meio dos movimentos de gestão, o fórum ganha um papel extraordinário na consolidação de direitos, particularmente os relativos à EJA, reconhecidos pela adoção de novas práticas, em que o sujeito ganha centralidade nos processos educacionais. Assim, a formulação e execução de novas políticas públicas acompanham uma mobilização da sociedade organizada, não como espaço de outorga do Estado, mas como instrumento de resistência, levando à incorporação de perspectivas de inclusão a uma diversidade de sujeitos.

É dessa forma que entendemos a forma de articulação de participação e representação na gestão do fórum como estratégias elementares para efetivação de iniciativas que sejam desencadeadoras de várias atividades, que venham a fortalecer a EJA, produzindo construções coletivas que aprofundem questões candentes que precisam ser tratadas em nível local e nacional, com a intenção de melhorar o quadro das políticas públicas para essa clientela, com foco no exercício democrático.

Para tanto, as relações estabelecidas entre os segmentos participantes devem ocorrer de forma articulada, buscando alcançar os objetivos propostos. Entretanto, há de se buscar outras contribuições que venham agregar maior valor

às discussões, bem como à representação de diretores, professores, Universidades, sindicatos, movimentos sociais, etc. Nesse sentido, torna-se necessário disseminar a atuação e papel do Fórum para dar maior visibilidade às suas ações, seja através de programas na mídia local, no Portal dos Fóruns, em assembleias abertas à comunidade e/ou em eventos estaduais.

Acreditamos que através do fortalecimento e presença dos diferentes segmentos sociais nos fóruns é possível avançar no controle social do Estado (FUNDEB) em relação à EJA, uma vez que a fiscalização sobre os agentes e instituições públicas, exercida por órgãos da própria estrutura do governo, pelos organismos não-governamentais e pela sociedade é um aspecto de fundamental importância para o exercício da democracia e para a efetivação das políticas para EJA.

Nos últimos anos, o que já consolidamos revela que conseguimos avançar, todavia, na nossa visão, precisamos de mais ações para continuar crescendo. Acerca da oferta desta modalidade de ensino no Acre, é certo que a quase totalidade dos cursos e exames são realizados pelas escolas públicas, compondo com o ensino regular uma rede de Educação Básica. A Rede Privada tem colaborado com uma atuação ainda restrita, conforme demonstrou uma pesquisa realizada para levantamento de dados, por ocasião do encontro estadual preparatório à VI CONFINTEA.

Os segmentos que mais têm contribuído neste sentido são: O sistema S, através do SESC e do SESI, que atuam com EJA nos níveis de alfabetização e 1º segmento (SESC-LER) e 2º segmento e ensino médio (SESI), a Secretaria de Estado de Educação com abrangência em todo o Estado, seja em escolas localizadas em áreas urbanas ou rurais, sistema prisional e casas de medidas sócio-educativas, garantindo a oferta de cursos que vão desde o Programa Alfa 100 ao Ensino Fundamental e Ensino Médio. O INCRA, que através do PRONERA estabelece parcerias com a SEE, UFAC ou IDEP-DM e leva aos projetos de

assentamento a oferta de cursos para jovens e adultos articulados com a educação profissional.

É importante destacar ainda que o crescimento dos Fóruns produziu uma ramificação política na luta pela educação de jovens e adultos, consolidando uma rede de saberes e de cooperação. Além disso, reforçou a importância de se ter uma sociedade organizada, conferindo aos Fóruns cada vez mais legitimidade, o que é fundamental para redefinir concepções e compreensões dos modos de fazer a EJA segundo suas particularidades. Prova disto foi a participação e atuação nos Encontros Estaduais, Regionais e Nacional Preparatórios à VI CONFINTEA, na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, nas reuniões técnicas junto ao MEC/DEJA, dentre outras.

Isso significa que a atuação dos Fóruns estaduais de EJA como sujeitos coletivos amplia as possibilidades de participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, redefinindo papéis dos diferentes atores sociais frente à problemática da exclusão e do direito à educação, permitindo a realização de ações colaborativas e interinstitucionais, além de co-responsabilizar os segmentos no processo de incorporação da EJA aos direitos expressos em políticas públicas nacionais.

Para garantir tal espaço, cabe a cada segmento hoje envolvido aprofundar-se no movimento, interagir em todos os momentos, participar, sugerir, contribuir com a construção do conhecimento, sentir-se parte integrante desse processo, apontar perspectivas de resistência para interferir na construção de políticas que contemplem a diversidade e ações integradas para EJA. Isso significa que o poder no âmbito dos fóruns não estará submetido a instâncias formais e que seu caráter não institucionalizado permitirá que este poder circule por igual para todos que dele participam, fazendo surgir uma gestão compartilhada.

Especificamente quanto ao ENEJA, acreditamos que a periodicidade que vem sendo adotada para sua realização é pertinente (anual), haja vista as

demandas necessárias para sua efetivação. Quanto ao critério de participação, acreditamos que poderia ser mais aberto, permitindo a inscrição para que outras pessoas interessadas possam participar. Ao mesmo tempo, entendemos que é válida e significativa a participação do governo federal, uma vez que, embora sendo um agente financiador, o mesmo não tem interferido na autonomia dos fóruns, estando aberto às propostas e à crítica, além de reconhecer o movimento como legítimo e como um agente interlocutor importante na agenda da Educação de Jovens e Adultos.

Diante dessa realidade promissora marcada pelo diálogo, vislumbra-se que os Fóruns de EJA estejam cada vez mais fortalecidos, atuantes e inseridos nas discussões e tomada de decisões, contribuindo de forma decisiva na construção de uma nova história para a EJA no Brasil.

Fernanda Maria dos Santos Alves
Carmem Cesarina Braga Pereira